

A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3

Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3

Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^ª Dr^ª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^ª Dr^ª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^ª Dr^ª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^ª Dr^ª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Dr^ª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^ª Dr^ª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P974	<p>A psicologia em suas diversas áreas de atuação 3 [recurso eletrônico] / Organizador Tallys Newton Fernandes de Matos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-118-3 DOI 10.22533/at.ed.183201706</p> <p>1. Psicologia. 2. Psicólogos. I. Matos, Tallys Newton Fernandes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 150</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Vivenciamos atualmente um período de fragilidade e deterioração biopsicossocial frente a um cenário de crise e pandemia, bem como o desgaste nos aspectos econômicos e políticos, que também alavancam outras características e segmentos da sociedade. As ciências, nesse aspecto, trabalham constantemente, através de suas diferentes áreas, para suprir demandas sociais em diferentes contextos, possibilitando, assim, intervenções adversas.

A busca incessante pela compreensão e identificação dos fenômenos que estão em processo de transformação e composição da realidade, coloca--nos em um paradigma filosófico e existencial sobre a verdade. Esta verdade, já questionada no passado pelos filósofos antigos, possibilita a construção do conhecimento e estrutura modelos de investigação posteriores, através de mecanismos de aprendizagem e ensino.

A psicologia, nesse contexto, ganha destaque por trabalhar uma diversidade de cenários em situações de fragilidade referentes ao desenvolvimento humano e a saúde mental, por intermédio de suas diferentes técnicas e instrumentos de atuação. Nessa perspectiva, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3” aborda questões inerentes a infância, escola, terceira idade, contexto social, avaliação, transtornos, diagnóstico, intervenção, questionamentos ideológicos, saúde, literatura, inovação tecnológica e novas técnicas psicoterápicas.

A infância, neste aspecto, ganhou destaque por ser um período que estrutura a personalidade do sujeito através do desenvolvimento psicogenético, que vai do nascimento até a adolescência, período no qual o indivíduo está submetido à inserção na sociedade. É na infância que ocorrem o incremento das experiências, transmissão social e equilibração através do uso de códigos no universo das imagens e palavras guiadas pelos caminhos que preexistem no universo parental.

Por conseguinte, a escola ganha destaque por promover a universalização e bens culturais, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento humano de todos na sociedade através da educação e conhecimento.

Em associação com os dados anteriores está o desenvolvimento da adolescência e vida adulta, e, posteriormente, a terceira idade, que é um dado apresentado nesta obra. A terceira idade é a própria idade adulta avançada, período marcado pelas transformações biopsicossociais, complicações e influências que se dão de modo complexo. Torna-se necessário, então, desenvolver recursos para o bem estar e qualidade de vida, a fim de reduzir receios e inquietações, na busca por uma vida saudável.

Neste cenário, é importante um trabalho conjunto na construção de políticas públicas direcionadas a pluralidade cultural envolvendo atores sociais e culturais

com identificação étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de deficiências, dentre outros, para a centralidade de valores éticos na formação do sujeito.

Seguindo os eixos temáticos expostos na ordem cronológica da obra, temos os modelos de avaliação, diagnóstico e intervenção em psicopatologias e transtornos mentais. Destaca-se que, segundo a Organização Mundial de Saúde, há um aumento das doenças mentais no século XXI decorrente das novas demandas sociais e a realidade vivenciada hoje frente ao cenário atual, já mencionado anteriormente. A importância desse seguimento se dá pela saúde mental, pela qualidade de vida do sujeito em sua diversidade e ao seu contexto.

Destaca-se, também, a importância dos debates e dos questionamentos ideológicos como elemento fundamentador da democracia, como tratado nesta obra. Tais artefatos possibilitam a ressignificação de ideias na construção de um novo cenário de conhecimento e aprendizagem. Vale ressaltar que estes debates podem estar atrelados há um referencial teórico significativo, como, por exemplo, uma análise literária, também explorada no final da obra, esta que, além disso, propõe, ao seu final, novas técnicas e alternativas psicoterápicas, bem como inovação tecnológica em benefício da saúde e bem estar.

Vale ressaltar que, através do discurso anterior, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3”, aborda os seguintes seguimentos: desenvolvimento humano, psicologia escolar, psicologia da saúde, psicologia social, psicologia clínica, psicopatologias, literatura, tecnologia e inovação.

Os tipos de estudos explorados nesta obra foram: estudo transversal, pesquisa descritiva, revisão sistemática de literatura, revisão de pares, revisão literária, entrevista semiestruturada, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação de questionários, reflexão histórico-cultural, análise documental, materialismo histórico-dialético, revisão integrativa da literatura, estudo de caso, diagnóstico institucional e dialético-simbólico.

Com isso, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3” explora a diversidade e construção teórica na psicologia, através de estudos realizados em diferentes instituições de ensino no contexto nacional e internacional. Nesse âmbito, é relevante a divulgação e construção do conhecimento através da produção científica. Para tanto, a Atena Editora possui uma plataforma consolidada e confiável, sendo referência nacional e internacional, para que estes pesquisadores explorem e divulguem suas pesquisas.

Tallys Newton Fernandes de Matos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
APOIO SOCIAL EM GESTANTES DE ALTO RISCO	
Jamile Carneiro da Silva	
Fernanda Pasquoto de Souza	
Aline Groff Vivian	
DOI 10.22533/at.ed.1832017061	
CAPÍTULO 2	17
A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO PROCESSO ADOTIVO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Marjane Bernardy Souza	
Amanda Silveira Bach	
DOI 10.22533/at.ed.1832017062	
CAPÍTULO 3	32
THE ROLE OF FATHERS IN SUCCESSFUL CHILD DEVELOPMENT: A SUMMARY OF THE EMPIRICAL LITERATURE AND RESOURCES FOR MENTAL HEALTH AND SOCIAL PROFESSIONALS	
Cátia Magalhães	
Karol Kumpfer	
Margarida Gaspar de Matos	
Bruno Carraça	
DOI 10.22533/at.ed.1832017063	
CAPÍTULO 4	49
DOS PAPÉIS DO PSICÓLOGO JURÍDICO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTOJUVENIL	
Macia Cristini de Almeida Bezerra	
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.1832017064	
CAPÍTULO 5	64
MARCOS DO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NUMA VISÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA: CONHECENDO O TÍPICO PARA IDENTIFICAR O ATÍPICO	
Mariana Abreu da Silva Velho	
Fabrício Bruno Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.1832017065	
CAPÍTULO 6	75
O QUE AS CRIANÇAS PENSAM SOBRE AS REGRAS?	
Camila Lima Silva	
Priscila Bonato Galhardo	
Thais Sindice Fazenda Coelho	
Gabriel Rossi Calsoni	
Paulo Yoo Chul Choi	
Luciana Maria Caetano	
Betânia Alves Veiga Dell' Agli	
DOI 10.22533/at.ed.1832017066	
CAPÍTULO 7	86
TÉCNICAS DE AUTOMONITORAMENTO EMOCIONAL EM TERAPIA COGNITIVA COM CRIANÇAS	

CAPÍTULO 8	91
TRANSTORNO DE ANSIEDADE DE SEPARAÇÃO: INTERVENÇÕES EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COM CRIANÇAS	
Antonia Kaliny Oliveira de Araújo Perpetua Thais de Lima Feitosa Quental Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1832017068	
CAPÍTULO 9	104
ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO ENTRE O DESFRALDE E O USO DO <i>EU</i>	
Anna Victória Pandjarjian Mekhitarian Moraes Rogerio Lerner Lia Queiroz do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.1832017069	
CAPÍTULO 10	125
LUDICIDADE E ESCOLARIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Vera Lucia Almeida Damiani Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.18320170610	
CAPÍTULO 11	132
ENVELHECIMENTO(S), QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	
José Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.18320170611	
CAPÍTULO 12	145
OS CUIDADOS COM O CUIDADOR DE IDOSOS	
Giselda Viera Eggres Juliana Marques Fagundes Tres Katia Simone da Silva Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.18320170612	
CAPÍTULO 13	153
APONTAMENTOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM COMPARATIVO ENTRE MULHERES NEGRAS, BRANCAS E PARDAS	
Bárbara Fernanda Marinho de Freitas Letícia Fiuza Canal Bruna Mendes Ballen Sandro Caramaschi	
DOI 10.22533/at.ed.18320170613	
CAPÍTULO 14	164
ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS DE SUZANE VON RICHTHOFEN CARACTERÍSTICOS DO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL	
Marcio Jorge Manoel Pinto Rafael Alves Cioca Rafael João Valentim Batista dos Santos	

CAPÍTULO 15 170

VIOÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS NARRATIVAS E MEMÓRIAS COLETIVAS DOS CRIMES DE MAIO DE 2006

Ana Paula Stein de Oliveira
Naiara Roberta Vicente de Matos

DOI 10.22533/at.ed.18320170615

CAPÍTULO 16 183

AValiação DA QUALIDADE DE VIDA E MANIFESTAÇÕES PSICOSSOMÁTICA DO *ESTRESSE* EM TRABALHADORES DA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA

Gabrielly Gomes dos Santos
Karine Rebelatto Muniz
Hygor Lobo Neto Camargo Lopes
Iracema Gonzaga Moura de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.18320170616

CAPÍTULO 17 197

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AOS DISTÚRBIOS E TRANSTORNOS CAUSADOS PELA ANSIEDADE

Vanieli Aparecida Ferreira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.18320170617

CAPÍTULO 18 209

DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Tallys Newton Fernandes de Matos
Ottorino Bonvini
José Manuel Peixoto Caldas
Ana Maria Fontenelle Catrib

DOI 10.22533/at.ed.18320170618

CAPÍTULO 19 222

AS DIFERENTES FACES DA ANSIEDADE: COMPREENSÕES A PARTIR DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL

Amanda Cybelle da Silva Amaral
Amanda Moreira Bezerra
Érica Alessandra Barbosa Silva
Fagner da Silva Medeiros
Giselle Bezerra dos Santos Araújo
Luana Kelle Ferreira Pereira
Giliane Cordeiro Gomes

DOI 10.22533/at.ed.18320170619

CAPÍTULO 20 232

DEMANDAS POR MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS DISCUSSÕES AGRESSIVAS NO *FACEBOOK* DOS ALUNOS DE PSICOLOGIA

Carmen dos Santos Godoy Ura
Bruna Elisa Baroni
Sandro Caramaschi
JoseTadeu Acuna
Marianne Ramos Feijó

CAPÍTULO 21	245
RESTRIÇÃO DE FRUTOSE NA DIETA E A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO RESISTIDO COMO ESTRATÉGIA PROMOTORA DA SAÚDE EM INDIVÍDUOS COM ESTEATOSE HEPÁTICA NÃO ALCOÓLICA	
Carolina Cristina de Freitas Raquel Alves dos Santos Marina Garcia Manochio-Pina	
DOI 10.22533/at.ed.18320170621	
CAPÍTULO 22	257
UMA ANÁLISE DA OBRA NIETZSCHIANA A PARTIR DA LÓGICA SIMBÓLICA DE MÁSRIO FERREIRA DOS SANTOS	
Tiago Teixeira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.18320170622	
CAPÍTULO 23	273
O USO DO SMARTPHONE ENQUANTO TECNOLOGIA MÓVEL NA APRENDIZAGEM À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO CRÍTICA	
Joaquim Ferreira da Cunha Neto	
DOI 10.22533/at.ed.18320170623	
CAPÍTULO 24	286
A TÉCNICA DE MINDFULLNES ALIADA A TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE RECAÍDAS EM PACIENTES COM IDEAÇÃO SUICIDA	
Felippe Henrique Nascimento Valdir de Aquino Lemos Fábio Guedes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18320170624	
CAPÍTULO 25	311
A CROMOTERAPIA NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE	
Lais Amarante Carneiro Leão Mirian Jacoby Sabatke Carolina Dea Bruzamolín Carlos Roberto Botelho Filho João Armando Brancher Maurício Yanes Alves da Silva Marilisa Carneiro Leão Gabardo	
DOI 10.22533/at.ed.18320170625	
SOBRE O ORGANIZADOR	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

O QUE AS CRIANÇAS PENSAM SOBRE AS REGRAS?

Data de aceite: 05/06/2020

Data de Submissão: 13/03/2020

Camila Lima Silva

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/1898110909035202>

Priscila Bonato Galhardo

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/6647062006380965>

Thais Sindice Fazenda Coelho

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/5879497523583733>

Gabriel Rossi Calsoni

Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/0676162508721584>

Paulo Yoo Chul Choi

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/3314456502798241>

Luciana Maria Caetano

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/5916527212836069>

Betânia Alves Veiga Dell' Agli

Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino FAE
São João da Boa Vista - SP

<http://lattes.cnpq.br/6193978901554971>

RESUMO: O principal objetivo desse capítulo é refletir sobre o que as crianças pensam sobre as regras da casa e da escola, apresentando dados de pesquisa empírica e propostas de implicações da pesquisa para educação. O capítulo se divide em três partes. Na primeira parte, se apresenta o referencial teórico da Teoria do Domínio Social. Na segunda, se apresenta a pesquisa dos julgamentos das crianças sobre as regras e, na terceira parte, algumas implicações da pesquisa para a educação, mostrando que quando a natureza e a explicação lógica são trabalhadas com as crianças, no lugar da intervenção coercitiva, as crianças tendem a ter uma maior compreensão da razão de ser das regras e isso favorece o desenvolvimento delas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento moral;

WHAT DO CHILDREN THINK ABOUT RULES?

ABSTRACT: The main objective of this chapter is to reflect on what children think about the rules of home and school, presenting empirical researches data and proposals of researches implications to education. The chapter is divided into three parts. The first part presents the theoretical reference of the Social Domain Theory. In the second part, the research of children's judgments about the rules is presented and in the third part, some implications of the research for education, showing that when nature and logical explanation are worked with children, instead of coercive intervention, children tend to have a greater understanding of the reason for the rules and this favors their development.

KEYWORDS: Moral Development; Rules; Social Domain Theory.

1 | INTRODUÇÃO

O principal objetivo desse capítulo é refletir sobre o que as crianças pensam sobre as regras da casa e da escola, apresentando dados de pesquisa empírica e propostas de implicações da pesquisa para educação. O capítulo se subdivide em três partes. Na primeira parte apresentamos o referencial teórico que norteou a pesquisa: a teoria do Domínio Social (TURIEL, 1983). De acordo com essa perspectiva teórica através das interações sociais as crianças constroem conhecimento sobre o mundo das regras, sendo ativas nesse processo. Na segunda parte, apresentamos os resultados de uma pesquisa empírica que perguntou sobre as regras da casa e da escola para as crianças. Escolhemos apresentar aqui uma leitura qualitativa desses dados, mostrando respostas das crianças para duas questões centrais da pesquisa. A terceira parte do capítulo discute as implicações da pesquisa sobre a educação.

2 | TEORIA DO DOMÍNIO SOCIAL

Em linhas gerais, compreende-se a moral como normas de condutas certas ou erradas. Não obstante é necessário saber o que significa certo e errado, bem como entender quais são os critérios de julgamentos utilizados para julgar determinadas condutas. Desse modo, a Teoria do Domínio Social (TURIEL, 1989) surge como uma abordagem que trata do desenvolvimento moral a partir do conhecimento social. De acordo com Smetana, Jambon e Ball (2014, p. 23): “Esta abordagem difere do modelo estrutural-desenvolvimental de estágios do julgamento moral, pois distingue normas morais de não morais em relação a convenções, pragmatismo e prudência.”

Isto é, apesar desta teoria ter como fundamento as teorias de Piaget (1932/1994) e de Lawrence Kohlberg (BIAGGIO, 1997; BATAGLIA; MORAIS; LEPRE, 2010) sobre o desenvolvimento moral, é uma teoria que não compartilha da ideia de estágios de desenvolvimento moral.

Para a Teoria do Domínio Social todo indivíduo é um sujeito ativo na busca de interpretar e dar sentido ao seu mundo social. É no processo de interação com as situações e contextos variados, que cada pessoa constrói seu conhecimento social a respeito do mundo que a cerca. Logo, considera-se que essa construção, embora não seja determinada pelo entorno, é influenciada por ele (TURIEL, 1989, 2006; KILLEN; SMETANA, 2015).

Nessa perspectiva, tais conceitos diferenciados do mundo social formam, o que os pesquisadores dessa abordagem definiram como domínios sociais ou sistemas organizados de desenvolvimento do conhecimento social (TURIEL, 1989, 2002, 2006; SMETANA, 2013). Turiel (1989, 2002), inicialmente, reconhece três domínios principais: moral, convencional e pessoal. Posteriormente outros dois conceitos são incorporados à teoria: domínio prudencial e questões multifacetadas.

O domínio moral é caracterizado pelos conceitos de manutenção da justiça, garantia de direitos e bem-estar das pessoas. Alguns critérios que definem o domínio moral são: *as regras são obrigatórias e não podem ser alteradas consensualmente*. As normas morais só podem ser modificadas quando há mudanças nos valores intrínsecos à essas regras. Ou seja, o que mantém as regras morais são os valores associados a elas e não o consenso de um grupo ou cultura (TURIEL, 1989). Desse modo, *as ações sociais não são arbitrarias*, pois mesmo regulando a organização social, não estão subordinadas ao contexto.

Outro critério das regras morais é que elas *são universalmente aplicáveis*, isto é, possuem a característica de serem generalizáveis para os mais variados contextos e culturas. Importante ressaltar que as questões de domínio moral não dependem da imposição de regras por parte da autoridade. As violações morais são erradas mesmo quando não há regras legitimadas pela autoridade (KILLEN; SMETANA; 2015). Isto demonstra que regras de domínio moral são impessoais, valem para qualquer contexto e para qualquer pessoa, independente dos laços afetivos envolvidos.

Sobre a construção do domínio moral, é possível que as pessoas aprendam conceitos morais através da própria experiência ou como espectadores da experiência de outro indivíduo. Para que uma criança, por exemplo, possa apreender a experiência de forma mais completa, é essencial que ela perceba, ou sinta, a dor experimentada pela vítima, e saiba as causas que levaram o agressor a agir daquela forma. Com estas informações, ela poderá coordená-las e assim ter uma concepção mais apropriada da situação. Estes aspectos (dor da vítima e razão do

ato do agressor) não estão dados pelas regulações sociais, ou seja, independem das expectativas convencionais e das diretrizes das autoridades (SMETANA, 2013).

O domínio convencional refere-se às normas sociais, tradições e uniformidade de condutas, depende de um conhecimento compartilhado entre indivíduos de um mesmo sistema social e da validação pelo seu consenso. Neste domínio *as regras são alteráveis e arbitrarias*, pois dependem do consenso do grupo e estão relacionadas ao contexto cultural (TURIEL, 1989; KILLEN; SMETANA, 2015). Também *são contingentes à autoridade*, pois este domínio é orientado pela contextualização, pelo relativismo, e pela hierarquia e jurisdição da autoridade (TURIEL, 1989, 2002).

As convenções sociais representam uniformidades de conduta, isto é, são normas que regulam as interações entre as pessoas e formam um conjunto de conhecimentos compartilhados. As convenções geram padrões de comportamento, o que permite que as pessoas saibam o que podem esperar umas das outras, no nível das interações sociais (TURIEL, 1989; SMETANA, 2013).

No que tange às transgressões, no domínio convencional, são consideradas menos sérias e menos merecedoras de punição (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014). Geralmente, as respostas às transgressões morais incluem verbalizações relacionadas à dor ou dano experimentado pela vítima. Enquanto que as respostas às transgressões convencionais apresentam verbalizações que dizem respeito à ordem social, às regras e às sanções (TURIEL, 1989). Portanto, a justificativa para a construção de regras convencionais está pautada na importância da manutenção da ordem social para a regulação das relações. Já a justificativa para as regras morais está baseada no cuidado com o outro, e prioriza o bem estar e a justiça.

No domínio pessoal é possível identificar questões de foro particular. Encontrase as preferências e escolhas sobre o próprio corpo, decisões sobre a privacidade, escolha de amigos ou atividades (SMETANA, 2005, 2013). A diferença entre as questões pessoais, morais e de convenções sociais, é que as primeiras não interferem no bem estar, não regulam as interações e não violam os direitos das outras pessoas (TURIEL, 1989; SMETANA; JAMBON; BALL, 2014).

Neste domínio o indivíduo exerce o seu poder de tomar decisões autônomas, tem oportunidade de se expressar livremente, mantém o seu direito à privacidade e o desenvolvimento da sua identidade (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014).

O domínio prudencial está relacionado à própria segurança, cuidado consigo mesmo, mal ou dano ao *self*, conforto e saúde. Atos prudenciais podem ter consequências negativas para si mesmo e não para o outro. Isso difere dos atos morais que podem ter consequência negativa à outra pessoa (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014).

A proposta de definir as diferenças entre os domínios auxilia na classificação das justificativas e na compreensão das regras, não obstante, os limites entre os

domínios não é tão claro e rígido. É possível que alguns temas perpassem por mais de um domínio do conhecimento social. Com efeito, os juízos sobre questões pertinentes a mais de um domínio exigem a coordenação de conceitos de categorias distintas (TURIEL, 1989).

Quando há coordenação dos domínios é possível que os mesmos entrem em conflito ou em sobreposição (SMETANA, 2013). Esses tipos de situações podem ser denominados multifacetados, em que há o envolvimento de diferentes tipos de conceitos sociais que podem estar em conflito ou em sincronia com outros (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014).

As questões multifacetadas não constituem um domínio individual e separado do conhecimento social, mas representam questões nas quais os domínios se sobrepõem (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014). O modo como os indivíduos coordenam as considerações morais e não-morais em seus julgamentos pode variar entre contextos, culturas e desenvolvimento (SMETANA, 2005, 2013).

Os critérios que caracterizam os julgamentos multifacetados dizem respeito à *sobreposição* de componentes de mais de um domínio; dizem respeito ainda aos *eventos de segunda ordem*, quando, por exemplo, a transgressão a um domínio convencional implica em um dano físico ou psíquico do outro; ou podem ser *eventos ambíguos*, em que diferentes sujeitos atribuem diferentes domínios ao mesmo evento (SMETANA, 2013).

Para melhor compreensão, é possível explicar o caráter multifacetado e possíveis controvérsias entre a moralidade e a convenção social. Compreende-se que as normas convencionais que sustentam uma estrutura organizacional específica estão em harmonia ou em conflito com o que seria visto objetivamente como preocupações com justiça ou direitos, de domínio moral. Um exemplo de harmonia entre o convencional e o moral são as sociedades democráticas, na medida em que representam valores concordantes com a moralidade e o *status quo* convencional. Já um exemplo de conflito, pode-se refletir sobre áreas proibidas a homens ou mulheres, quando há conflito entre a convenção e o senso de justiça, uma vez que a convenção está impedindo que membros de um gênero possam usufruir de oportunidades disponíveis ao outro (NUCCI, 2000).

Quando há *eventos morais de segunda ordem*, acontece a violação de uma convenção solidamente firmada que leva a danos psicológicos. Um exemplo é a discriminação de gênero para conseguir oportunidades profissionais. Assim, indivíduos podem subordinar a questão a uma única dimensão e reduzir um caso de sobreposição a um que é essencialmente moral ou convencional. Podem, também, se esforçarem para coordenar a natureza multifacetada da questão, levando em conta tanto os aspectos morais como os não-morais de uma dada situação ou episódio. Tais respostas à *sobreposição*, no plano individual, ajudam a compreender as

inconsistências que observamos nas pessoas quando elas respondem às situações em diferentes contextos (NUCCI, 2000).

Eventos multifacetados são a origem de muitas variabilidades e inconsistências nos julgamentos. Pesquisadores da teoria do domínio social têm proposto que uma adequada compreensão do desenvolvimento deve incluir a análise de como os indivíduos coordenam as questões multifacetadas em seu pensamento (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014).

Tendo como base a perspectiva da Teoria do Domínio Social (TURIEL, 1983) cujos conceitos básicos apresentamos nessa primeira parte do capítulo, passamos agora a apresentar a segunda parte do capítulo, no qual descrevemos as características da pesquisa com crianças sobre as regras de casa e da escola.

3 | A PESQUISA

O estudo foi realizado em escolas da região metropolitana de São Paulo: 59,5% alunos de escola pública e 40,5% de escola privada, somando ao todo 125 crianças de 5 a 11 anos de idade, com média de 8,2 (DP = 1,52), 44,4% (meninas) e 55,6% (meninos). A aplicação dos questionários foi realizada no ambiente escolar, através de entrevistas individuais, cuja duração média foi de 30 minutos com cada participante. Foram aplicados: Questionário Sociodemográfico e Questionário sobre Regras nos Contextos Familiar e Escolar: as questões do questionário foram elaboradas com base nos estudos de Turiel e seus colaboradores e que foram compilados pelo autor (TURIEL, 1983).

As crianças foram convidadas a relatar uma regra da sua casa e uma regra de sua escola. Essa parte foi destinada ao conhecimento a respeito do conteúdo da regra. Para cada regra citada foram feitas as seguintes questões: “Você acha certo ou errado seguir esta regra? Por quê?” vinculada à justificativa dos julgamentos. As outras questões: “Quem fez essa regra?”, “O que acontece se você não seguir esta regra? Por quê?” (contingência da regra à autoridade); “Você poderia modificar esta regra? Por quê?” (alterabilidade); “Se você morasse em outra casa/escola onde não existisse essa regra, você poderia fazer esse ato?” (generabilidade); “Avalie de 0 a 5 o quanto você deve obedecer a essa regra?” (severidade da regra e do ato). Os dados foram analisados qualitativa e quantitativamente. Diante de todas estas questões foi solicitado uma justificativa da criança participante. Isso permitiu a investigação do tipo de domínio no qual a regra corresponde.

Escolhemos aqui nesse capítulo, apresentar apenas algumas das respostas das crianças, caracterizadas dentro dos domínios de suas justificativas para obediência a tais regras, tendo como principal objetivo apresentar aspectos mais

qualitativos da pesquisa, revelados nessas respostas. Portanto, utilizamos aqui apenas algumas respostas para as duas perguntas: cite uma regra e diga porquê você deve seguir essa regra.

Os dados que apresentamos nesse capítulo são resultados parciais de uma pesquisa intitulada “Julgamentos de Crianças, Adolescentes e Adultos sobre Regras do Contexto Escolar e Regras do Contexto Familiar”, pesquisa desenvolvida pelos membros do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Moral do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (GPDM/IPUSP) e financiada pela FAPESP.

Apresentamos agora um conjunto de exemplos de respostas referentes às categorias de justificativas de domínio moral, convencional, pessoal, multifacetado e prudencial, respectivamente, das regras referentes ao contexto familiar:

Moral: “Não correr no corredor”; “porque machuca as pessoas” (sujeito feminino, 10 anos, de escola particular); “Não fazer barulho”; “poderia incomodar os vizinhos”. (sujeito masculino, 10 anos, de escola pública); “Não pode escutar música alta”; “muito alta não, porque podia ter bebês morando” (sujeito feminino, 9 anos, de escola particular); “Não xingar”; “porque ninguém gosta de ser xingado” (sujeito masculino, 9 anos, de escola particular).

Convencional: “Não pode sujar as coisas”; “preciso obedecer a minha mãe porque senão eu precisaria morar com o meu pai que batia nela” (sujeito feminino, 6 anos, de escola pública); “Fazer lição”; “senão a professora pode colocar a gente de castigo em casa” (sujeito feminino, 6 anos, de escola pública); “Arrumar o quarto”; “senão apanho” (sujeito feminino, 6 anos, de escola pública); “Não brigar com os irmãos”; “senão minha mãe ia me colocar de castigo” (sujeito masculino, 10 anos, de escola pública); “Não pode brigar”; “a mãe não vai querer” (sujeito feminino, 10 anos, de escola pública).

Pessoal: “Não brigar”; “porque eu não gosto de brigar mesmo” (sujeito masculino, 10 anos, de escola privada); “Arrumar para ir para a escola”; “porque gosto de me arrumar” (sujeito masculino, 8 anos, de escola pública).

Multifacetado: “Dormir cedo às 22h”; “porque senão eu ficaria cansado e não faria a atividade da escola” e “Porque meu pai sempre fala” (sujeito masculino, 6 anos, de escola privada; prudencial + convencional); “Não ir para/sair de casa sozinha”; “meu pai fica muito bravo” e “porque é perigoso” (sujeito feminino, 6 anos, de escola privada; convencional + prudencial).

Prudencial: “Não demorar no banheiro”; “Gasta muita água, ia pegar mais caro a conta de água” (sujeito feminino, 8 anos, de escola pública); “Sair do videogame a noite”; “Porque esqueceria a matéria da prova e minha visão pioraria” (sujeito masculino, 8 anos, de escola privada).

Apresentamos agora exemplos de respostas referentes às categorias de domínio moral, convencional, pessoal, multifacetado e prudencial, respectivamente,

das regras referentes ao contexto escolar:

Moral: “Não pode bater nas pessoas”; “é errado em todo lugar” (sujeito masculino, 6 anos, de escola pública); “Quando a professora tiver falando não é para falar junto”; “porque ninguém ia ouvir nada do que a professora está falando” (sujeito masculino, 6 anos, de escola pública); “Não pode bater no amigo”; “porque machuca” (sujeito feminino, 6 anos, de escola particular); “Jogar lixo no lixo”; “porque as faxineiras limpam tudo” (sujeito feminino, 9 anos, de escola particular).

Convencional: “Obedecer a professora”; “Tem que obedecer todo mundo” (sujeito masculino, 6 anos, de escola pública); “Não vir de roupa curta”; “Porque os meninos podem ficar com ousadia” (sujeito feminino, 10 anos, de escola pública); “Fazer a lição”; “desobedecer é uma coisa ruim” (sujeito masculino, 6 anos, de escola pública); “Não pode levar o celular para a escola”; “a gente deve obedecer porque senão você pode levar um castigo grande” (sujeito feminino, 10 anos, de escola pública).

Pessoal: “Tenho que fazer lição”; “Porque eu gosto de fazer lição” (sujeito feminino, 6 anos, de escola pública); “Não mudar a carteira de lugar”; “porque acho legal sentar com os amigos” (sujeito feminino, 9 anos, de escola pública).

Multifacetado: “Não correr no intervalo”; “pode machucar” e “pessoas podem cair” (sujeito feminino, 9 anos, de escola pública) (Prudencial + Moral); “Não pode bater no amigo”; “porque ele vai chorar e eu vou apanhar e tomar bilhete” (sujeito masculino, 7 anos, de escola pública) (Moral + Convencional).

Prudencial: “Não pode correr”; “porque senão pode machucar” (sujeito masculino, 10 anos, de escola pública); “Tomar cuidado para lanchar na rua da escola”; “posso me machucar, tropeçar e o lanche cairia” (sujeito feminino, 7 anos, de escola privada).

4 | IMPLICAÇÕES DA PESQUISA PARA EDUCAÇÃO

Os resultados desta pesquisa, num contexto em que educação se confunde com coação, humilhação, agressão, desamparo ou negligência (CAETANO, 2013), nos levam a uma análise crítica sobre as relações sociais nas quais as crianças estão imersas e na reflexão sobre se tais interações promovem a autonomia da consciência moral, isso porque o conhecimento moral e social da criança é construído por meio das relações que este estabelece com o meio e com os outros (Teoria do Domínio Social proposta por TURIEL, 1983).

Ainda que a obediência tenha sido apresentada por Piaget (1948/1972) como a gênese da moral, e o respeito como o sentimento de obrigatoriedade moral, o autor afirma que, na medida em que a criança se desenvolve, ela busca relações de reciprocidade. Assim, as relações de coação, onde o respeito unilateral habita,

vão sendo substituídas pelas relações de cooperação, onde o respeito mútuo se faz presente. Esta superação é, portanto, saudável ao desenvolvimento da autonomia moral.

As justificativas convencionais apresentadas pelas crianças, refletem comportamentos típicos da heteronomia (PIAGET, 1932/1994), ou seja, traduzem que uma regra é concebida como uma obrigação onde os valores estão pré-determinados, e que a autoridade seja a parental ou as autoridades escolares são responsáveis pela criação e manutenção das regras.

Pesquisas apontam (CAETANO, 2008; CAETANO, 2009) que muitos adultos acreditam que a única forma de fazer uma regra ser obedecida é por meio da coação. Numa sociedade em que os valores são instáveis, outra preocupação é a ausência da autoridade do adulto para a educação das crianças.

Quando a heteronomia natural da criança é reforçada pelo adulto, muitas vezes por meio da recompensa ou da punição, temos uma criança passiva, incapaz de coordenar diferentes ações e de superar o egocentrismo, prevalecendo, portanto, a responsabilidade objetiva (PIAGET, 1932/1994).

Quando pensamos em desenvolvimento, não podemos ignorar a interdependência entre sujeito e objeto presente nesse processo. O conhecimento não está somente no sujeito ou no objeto ou no meio, mas é construído a partir das relações entre eles. Este aspecto dialético nos impossibilita de pensar sobre o desenvolvimento do juízo infantil como dependente de apenas uma variável.

Sendo assim, as relações que promovem acordos mútuos favorecem o consentimento das regras, que perdem, por sua vez, o caráter de obrigação externa (PIAGET, 1932/1994). Algumas crianças apresentaram justificativas para as regras que vão além da obediência cega, e que conseguem coordenar diferentes pontos de vista e analisar consequências morais para o (não) cumprimento de regras. Os exemplos mostram que estão preocupados com o bem-estar do outro, em não causar prejuízo a ninguém (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014).

As regras têm uma função fundamentalmente social (PIAGET, 1932/1994; TURIEL, 1983; CAETANO; DELL'AGLI, 2019). São importantes para que haja uma convivência harmoniosa entre as pessoas e, por isso, necessárias para a vida em sociedade. Por esta razão, as crianças devem aprender quais regras organizam a convivência dos grupos em que está inserida, assim como precisam que as relações entre essas regras sejam apresentadas de acordo com os domínios inerentes de cada regra (NUCCI, 2000). Mas quais intervenções favorecem de fato a compreensão e o cumprimento dessas regras? Quais intervenções promovem o desenvolvimento de uma consciência moral que supere a mera obediência cega e convencional?

Quando o adulto ensina a criança a obedecer às regras ao invés de obedecer a eles próprios, a criança testará a validade deste limite apresentado e não a

autoridade que lhe impõe a regra (CAETANO, 2013). Sendo assim, muito além de colocar limites, é necessário que façamos as crianças pensarem sobre as regras e compreendê-las. Uma das medidas importantes para que a criança legitime a regra é, portanto, apresentar regras de forma clara, utilizando a explicação lógica e coerente da necessidade da existência da regra e, principalmente, estabelecendo a relação inerente entre as regras, os contextos e os domínios (TURIEL, 1983; NUCCI, 2000).

Assim, por exemplo, as regras do âmbito convencional são negociáveis e podem ser acordadas entre as pessoas de um determinado grupo. Manter a coerência e regularidade da regra, e trabalhar com as crianças e adolescentes a natureza dela, é fundamental para que eles compreendam-nas e possam desenvolver autonomia moral (PIAGET, 1932/1994; CAETANO, 2013; CAETANO; DELL'AGLI, 2019).

Outro aspecto notório nas respostas dos participantes é a presença das sanções expiatórias ou punitivas - aquelas que são arbitrárias e que tem como caráter coagir e punir, o que podemos perceber pelos exemplos, nos quais as crianças dizem do seu medo de perder algo importante como castigo, ou até mesmo medo de apanhar. Esse tipo de relação coercitiva não favorece o desenvolvimento moral e seja na escola ou na família, promovem medo e, revolta na relação com o adulto dificultando o processo de comprometimento da criança com a construção da disciplina (CAETANO, 2013).

Uma educação fundamentada na explicação da regra, contribui para a formação de pessoas que se autocontrolam. As crianças têm condição de aprender a verdadeira razão pela qual devem ou não seguir uma regra, sendo que, o trabalho com os domínios das regras de acordo com a TDS pode facilitar bastante a intervenção entre adultos e crianças, promovendo o desenvolvimento dessas últimas.

REFERÊNCIAS

BATAGLIA, Patricia Unger Raphael; MORAIS, Alessandra de; LEPRE, Rita Melissa. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 15.1, p. 25-32, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100004>

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 10, n.1, p. 47-69, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100005>

CAETANO, Luciana Maria. **Sobre a relação escola e família**. Encontro Nacional de Professores do Proepre, 2008.

CAETANO, Luciana Maria. **Dinâmicas para reunião de pais: construindo a parceria na relação escola e família**. São Paulo: Paulinas, 2009.

- CAETANO, Luciana Maria. **É possível educar sem palmadas?: um guia para pais e educadores**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- CAETANO, Luciana Maria; DELLAGLI, Betânia Alves Veiga. JULGAMENTOS DE CRIANÇAS SOBRE REGRAS DO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR. **Notandum**, 2019, 52: 131-145. <https://doi.org/10.4025/notandum.vi52.51449>
- KILLEN, Melanie; SMETANA, Judith G. Origins and development of morality. **Handbook of child psychology and developmental science**, v.3, p.1-49, 2015. <https://doi.org/10.1002/9781118963418.childpsy317>
- NUCCI, Larry. Psicologia moral e educação: para além de crianças “boazinhas”. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 71-89, 2000. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022000000200006>
- PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. *Publicação original de 1932*.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. *Publicação original de 1948*.
- KILLEN, Melanie; SMETANA, Judith. Social–cognitive domain theory: Consistencies and variations in children’s moral and social judgments. In: **Handbook of moral development**. **Psychology Press**. p. 137-172, 2006.
- Smetana, Judith. Moral Development: The Social Domain Theory View. In Zelazo, P. D. (ed.). **The Oxford Handbook of Development Psychology**, NY: OUP – Oxford University, v. 1, p. 832-863, 2013.
- SMETANA, Judith; JAMBON, Marc; BALL, Courtney. The social domain approach to children’s moral and social judgments. **Handbook of moral development**, v. 2, p. 23-45, 2014.
- TURIEL, Elliot. **The development of social knowledge: Morality and convention**. Cambridge University Press, 1983.
- TURIEL, Elliot. Dominios y categorías en el desarrollo cognitivo y social. In: **El mundo social en la mente infantil**. Alianza, p. 37-701 1989.
- TURIEL, Elliot. **The culture of morality: Social development, context, and conflict**. Cambridge University Press, 2002.
- Turiel, Eliot. The development of morality. In N. Eisenberg (Ed.). **Handbook of child psychology**. New York, NY; Wiley, v. 3, p. 789-857, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso Sexual 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Adoção 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31

Análise do Comportamento 224, 225, 226, 230

Ansiedade 12, 13, 15, 21, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 286, 287, 289, 290, 303, 304, 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320

Antissocial 164, 165, 167

Apoio Social 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 53, 193, 299

B

Bem-Estar 7, 8, 77, 83, 101, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 151, 171, 184, 185, 235

C

Controle esfinteriano 104, 106, 110, 111, 119, 121, 124

Criança 6, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 217, 227, 228, 275, 278, 279, 280, 281, 283

Crime 48, 166, 167, 174, 178, 181, 200

Cromoterapia 311, 312, 313, 314, 317, 318, 319, 320

Cuidador 59, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

D

Desenvolvimento Infantil 14, 65, 67, 68, 69, 72, 104, 105, 106, 110, 126, 127, 128, 208

Desenvolvimento Moral 75, 76, 77, 84

Desenvolvimento Motor 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 110

Diagnóstico 14, 54, 95, 102, 197, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 219, 220, 226, 227, 228, 230, 231

E

Emoções 1, 8, 12, 22, 89, 90, 93, 101, 140, 179, 229, 289, 290, 293, 294, 295, 298, 300, 303, 305, 312, 316

Envelhecimento 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Escola 14, 53, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 93, 97, 128, 131, 152, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 214, 222, 227, 275, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 318

Escolarização 125, 283

Esquizofrenia 209, 210, 216, 217, 218

Esteatose hepática 245, 246, 248, 252

Estresse 8, 15, 21, 23, 62, 92, 96, 97, 147, 150, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 203, 205, 207, 208, 216, 218, 248, 286, 287, 289, 296, 303, 312, 316

F

Frutose 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253

G

Gestação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 65

I

Idoso 133, 134, 137, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 221

Inconsciente 217, 218, 220, 228, 257, 260, 264

Infância 20, 21, 22, 49, 62, 63, 64, 65, 68, 73, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 105, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 200, 207, 208, 214, 226, 231, 285

J

Justiça 21, 22, 23, 30, 55, 57, 58, 62, 77, 78, 79, 164, 168, 170, 173, 175, 212, 215

L

Ludicidade 125, 126, 127, 128, 129, 130

M

Memória Coletiva 170, 175, 179

Mindfulness 40, 43, 99, 101, 103, 187, 193, 194, 196, 286, 287, 288, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 308, 309

N

Neuropsicopedagogia 64, 321

O

Obesidade 2, 201, 245, 247, 249, 250, 253, 254

P

Psicanálise 105, 209, 218, 220, 257, 321

Psicologia Histórico Cultural 125, 129

Psicologia Jurídica 49, 53, 55, 57, 61, 62, 63

Psicologia Social 133, 170, 177, 179, 180, 285, 307

Psicopedagogia 145, 197, 199, 204, 205, 207, 220

Psicossomática 183, 185, 195

Psiquiatria 14, 95, 102, 169, 204, 209, 210, 212, 213, 215, 220, 221, 230, 305, 307, 310

Q

Qualidade de vida 6, 7, 9, 13, 15, 16, 73, 132, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 158, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 218, 224, 230, 303, 312

R

Racismo 153, 155, 156, 158, 159, 162, 240, 243

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 30, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 78, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 106, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 169, 171, 174, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 245, 251, 252, 306, 313, 318, 319, 321

Saúde Mental 1, 13, 96, 152, 174, 187, 188, 194, 196, 198, 199, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 230

Simbólico 12, 128, 130, 214, 262, 263, 264, 265, 266, 270, 271, 279, 283

Subjetividade 135, 136, 138, 140, 170, 176, 177, 182, 216

Suicídio 192, 211, 215, 219, 229, 287, 288, 294, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 307, 308, 309, 310

T

Tecnologia da Informação 276

Terapia Cognitivo Comportamental 286, 287, 288, 293, 302, 304, 306

Terapias Alternativas 311, 312, 317, 318, 320

Transtorno de Personalidade 164, 165, 167, 294, 306, 307

 **Atena**
Editora

2 0 2 0